

O MICROCRÉDITO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE FINANCIAMENTO AO MICRO E PEQUENO EMPREENDEDOR LOCAL

Alex Rodrigues Simões¹, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira², Paulo Ribeiro Quinteiros³, Vilma da Silva Santos⁴

¹ Pós-graduado em MBA em Gerência Financeira e Controladoria - Programa de Pós-graduação em Administração - PPGA - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP – Brasil – comoemesmo@yahoo.com.br

² Professor do Programa de Pós-graduação em Administração - PPGA - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP – edson@unitau.br

³ Professor do Programa de Pós-graduação em Administração - PPGA - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP – quinteiros@gmail.com

⁴ Orientadora - Professora do Programa de Pós Graduação em Administração - PPGA - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 - Taubaté/SP - Brasil – vilma70@gmail.com

Resumo: As dificuldades econômico-sociais geradas pelas modificações que vêm se verificando no mundo do trabalho, com o deslocamento para a informalidade de crescentes contingentes de trabalhadores que se encontram em permanente situação de vulnerabilidade econômica e social, têm feito crescer o reconhecimento da importância de serem desenvolvidos mecanismos de acesso ao crédito para aqueles que, usualmente, não teriam essa possibilidade. Nesse contexto, o trabalho analisou a importância do microcrédito como um instrumento de promoção das economias locais e geração de trabalho e renda, viabilizando a dinamização da economia ao incentivar o financiamento ao micro e pequeno empreendedor local. Para tanto, realizou uma pesquisa bibliográfica exploratória, com estudo de caso no Banco do Povo Paulista. Concluiu-se que o microcrédito, quando aplicado de forma adequada e ponderada, possibilita bons resultados para os pequenos empreendedores, pois as melhorias proporcionadas por esse investimento produtivo alavancou os empreendimentos gerando maior qualidade, com os investimentos resultando em mais empregos e, também, avanço no nível dos empregos mantidos.

Palavras-Chave: Microcrédito. Informalidade. Micro e pequeno empreendedor.

Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

O crédito para as MPE é uma das mais fundamentais formas de intermediação financeira e as operações de crédito tradicionais se caracterizam por operações que resultam em obrigações que são, em princípio, intransferíveis ou não-negociáveis. Tal relação se dá porque os contratos tendem a ser feitos de modo a satisfazer às demandas específicas dos tomadores e dos emprestadores em termos de taxas de juros, prazos, garantias para as partes.

No bojo dessa relação de crédito, constata-se que a mesma característica que limita o desenvolvimento, em especial, das MPE, isto é, a escassez de capital, as exclui do mercado de crédito formal. Isso ocorre porque a maioria desses estabelecimentos não tem a capacidade de oferecer garantias reais para um empréstimo no setor financeiro formal.

Dado que esse mercado de crédito informal se apresenta bastante insatisfatório para a

consolidação maciça de operações creditícias para as MPE, vem surgindo o interesse em formas alternativas de inclusão desses estabelecimentos no mercado de crédito. Nesse sentido, o microcrédito pode ser entendido, de uma forma geral, como um instrumento capaz de solucionar o problema da escassez de capital não somente de indivíduos e domicílios, mas, sobretudo, para seus estabelecimentos.

Metodologia

A pesquisa teve como base o levantamento bibliográfico exploratório e, a partir disso, foi desenvolvida um estudo de caso no Banco do Povo Paulista (BPP).

As Micro e Pequenas Empresas (MPE)

As MPE não apresentam distinção em se tratando de demonstração de dados de desempenho e estatística, porém esta aparente

falta de interesse por um segmento não é correspondente à sua importância na economia nacional. Essas empresas são responsáveis pela absorção do desemprego e têm grande impacto na participação no PIB.

Na atualidade, segundo o SEBRAE (2002), há diversos conceitos referentes à classificação de uma empresa. A lei federal nº. 9.841/99, conhecida como o Estatuto da Micro Empresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP), deliberou que as micro empresas são classificadas por terem um determinado nível de faturamento bruto anual; a lei federal 9.317/96 define a ME por obter um faturamento bruto anual de até R\$240 mil, conhecida como a “Lei do Simples”, que dá benefícios fiscais e tributários aos optantes por esse enquadramento. Há, ainda, a classificação por número de funcionários, a classificação de acordo com o porte, denominadas como micro, pequena, média e grande empresa.

Já o critério utilizado pelo SEBRAE adota como referência, o número de empregados como forma para diferenciar o porte das empresas em micro e pequena. Essa classificação é utilizada para fins de enquadramento dessas categorias de empresas em programas de apoio para torná-las mais competitivas (SEBRAE, 2002).

O Microcrédito

O microcrédito é um empréstimo de baixo valor destinado a pequenos empreendedores e micro empresas com a finalidade de investimento em seus empreendimentos, tendo como principais público-alvos os excluídos bancários, ou seja, as pessoas que não têm acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não apresentarem garantias, nem histórico bancário (LANDIM, 2006).

Apesar de haverem experiências anteriores com crédito popular, é tido como marco inicial do microcrédito o ano de 1976, quando em Bangladesh, por meio de estudos realizados pelo professor de economia Muhammad Yunus, foi concebida a idéia do microcrédito (LANDIM, 2006).

Os estudos de Prof. Yunus demonstraram que as pessoas de baixa renda, também poderiam ser clientes bancários, pagando uma taxa de juros reduzida desde que o recurso financeiro fosse empregado em uma atividade empreendedora, pois os créditos seriam honrados, por meio do retorno que o empreendimento obteria.

Esses estudos apresentaram resultados tão surpreendentes que instituições bancárias privadas e internacionais concederam financiamentos e também doações para que fosse criado, em 1978, o Banco Grameen, que iria conceder os créditos aos empreendedores a uma reduzida taxa de juros. Na atualidade, o banco foi

responsável pela marca de 6,23 milhões de tomadores espalhados em mais de 67.670 localidades em Bangladesh, ou seja, 99,51% das localidades existentes; além disso, 97% dos tomadores são mulheres (LANDIM, 2006). No Brasil, o assunto microcrédito tem evoluído bastante nos últimos anos, porém ainda há um mercado a ser explorado, pois seu crescimento esbarra na falta de informação e de rentabilidade para os bancos.

Assim, o microcrédito é visto como um instrumento financeiro que se caracteriza por empréstimos de valores relativamente pequenos a empreendedores de baixa renda, que vivem, na maioria das vezes, na economia informal. Representa o compromisso com o crescimento econômico e social dos pequenos empreendimentos (LANDIM, 2006). Na realidade, o microcrédito implica uma forte interação com a realidade dos micros e pequenos empreendedores, de forma que o acesso ao crédito ágil e compatível com as necessidades de seus tomadores, possa gerar de fato oportunidade de crescimento e de ocupação e renda.

Resultados

O Banco do Povo Paulista (BPP) de Ubatuba tem se destacado dentre as cidades do Litoral Norte do Estado de São Paulo, pois ao mesmo tempo que o número de crédito concedido anualmente aumenta, a inadimplência toma o caminho contrário, reduzindo-se ano a ano.

Os Gráficos seguintes demonstram o desempenho do BPP de Ubatuba em relação aos anos de 2002 a 2006, isto é, desde a sua implantação, em 10 de janeiro de 2002.

O Gráfico 1 apresenta o número de créditos concedidos anualmente. Excluem-se os créditos aprovados e não assinados.

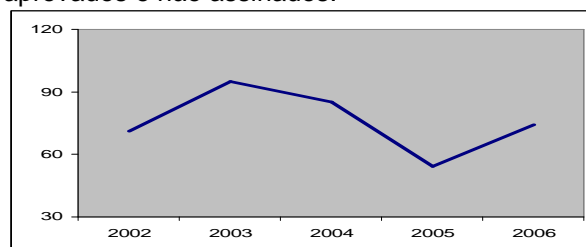


Gráfico 1 – Números de créditos concedidos

Fonte: BPP (01/2007)

Observa-se uma queda significativa no ano de 2005, devido a problemas no BPP, tais como a troca de governo municipal e os problemas relacionados a essa troca, como nomeação de agentes de crédito e regularização do comitê de crédito, que possui um membro nomeado pela Prefeitura.

No Gráfico 2, observa-se que o montante financeiro liberado não acompanha o desempenho

da linha de número de crédito concedido, demonstrada no Gráfico 1, pois a média dos valores solicitados nos financiamentos oscilou muito, uma vez que quando há muita procura, os valores são menores e quando a procura é pouca, os valores solicitados são maiores.

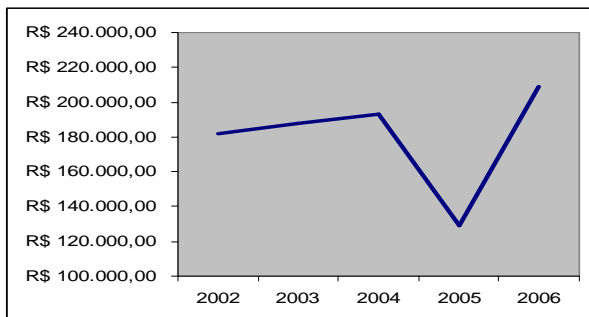


Gráfico 2 – Valores financiados
Fonte: BPP (01/2007)

Esse fato aconteceu devido aos valores dos créditos que ano de 2003, quando houve o maior número de créditos concedidos, a média em valor por crédito era de R\$2.000,00, enquanto que em 2005, ano de menor número de créditos concedidos, a média foi de R\$2.400,00, e, em 2006, a média foi de R\$2.800,00, ultrapassando em valores o ano de 2003. Ao contrário do que esperava o BPP, em 2002 a procura por crédito foi grande, mas o público era variado, não possuindo o perfil empreendedor que o BPP exigia.

Nota-se pelo Gráfico 3, o recuo do número de inadimplentes, pois, o Agente de Crédito passa a fazer o acompanhamento do empréstimo junto o cliente.

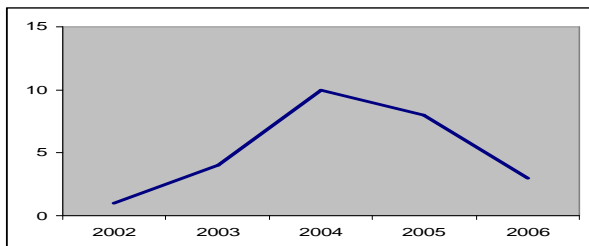


Gráfico 3 – Inadimplência do BPP
Fonte: BPP (01/2007)

Frente aos valores totais de empréstimos retirados pelos empreendedores, o Gráfico 3 apresenta um decréscimo no ano de 2006 quanto ao índice de inadimplência, que, segundo o BPP, é justificado pelo fato de o banco fazer um acompanhamento mais próximo quanto ao pagamento dos empréstimos.

Finalidade dos Créditos e Ramo de Atividade

Segundo o BPP, em 2005, 83% dos créditos foram direcionados aos empreendimentos informais, contra 89%, em 2006. Os empreendimentos informais são os maiores

responsáveis pelo desempenho do BPP na cidade. Segundo dados da unidade de crédito, a demanda de crédito aumenta consideravelmente nos dias próximos à temporada e de aumento no fluxo de turista.

Já os créditos aprovados somam 128 no ano de 2005 e 2006; desses, 111 créditos foram destinados às atividades empreendedoras informais, das quais apenas 23 empreendedores apresentaram algum tipo de inscrição na prefeitura.

Ou seja, conforme Gráfico 4, observa-se que os empreendimentos sem nenhum tipo de autorização para funcionamento são superiores em mais de seis vezes se comparados às empresas jurídicas e, até mesmo, quatro vezes quando em relação aos empreendimentos informais com autorização da prefeitura de Ubatuba.

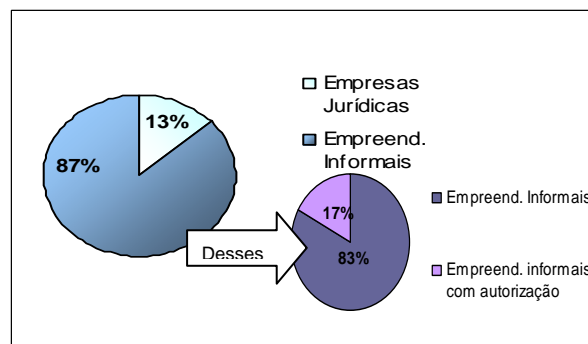


Gráfico 4 – Inadimplência do BPP
Fonte: BPP (2006)

Percebe-se, pelo Gráfico 4, que o maior percentual de clientes que solicitaram o crédito corresponde a empreendedores informais, com 87%, e 13% dos requisitantes de empréstimos no BPP são micro e pequenos empreendedores com empresa já constituída, ou seja, empresas jurídicas. Dos empreendimentos informais, 83% não possuem autorização da prefeitura municipal para atuarem na cidade e o restante (17%) corresponde aos informais que possuem algum tipo de autorização para trabalhar.

Geração de Empregos

Ao analisar os relatórios elaborados em 2005 pelo BPP, foram registrados um crescimento de dez novos postos de trabalho. Já em 2006, foram criados trinta novos postos. Além da criação de novos postos de trabalho, o BPP destaca a sua manutenção, pois, mais importante do que criar é manter o nível de empregos existente, ou seja, manutenção e crescimento. A criação de novos empregos se resume à condição de competitividade que os créditos possibilitam ao empreendimento, já que com equipamentos, máquinas, infra-estrutura, o empreendedor tem condições de melhorar seu empreendimento, seja

atraindo novos clientes por um atrativo a mais, que pode ser novos serviços ou mercadorias, ou até mesmo pelo preço, uma vez que comprando à vista e em grandes quantidades, a tendência é o empreendedor pode oferecer um desconto acima do padrão normal.

Para as instituições convencionais, o crédito significa maior custo operacional, uma vez que o trâmite é mais amplo, envolvendo inúmeras etapas. Dessa forma, os programas de microcrédito constituem alternativa válida para suprir o crédito necessário à alavancagem de micro e pequeno empreendedores, considerados elementos primordiais e decisivos no processo de desenvolvimento econômico local sustentável, capazes da geração de trabalho e renda (SANTOS, 2006).

O Gráfico 5 expõe o comportamento da liberação de crédito entre os anos de 2005 e 2006.

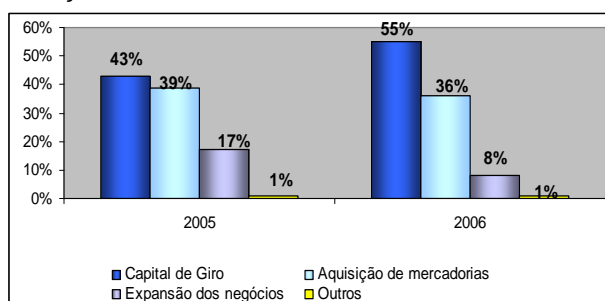


Gráfico 5 – Finalidade dos créditos

Fonte: BPP (03/2007)

Nota-se, no Gráfico 5, um aumento do percentual de crédito liberado para capital de giro, com um acréscimo de 12% entre os anos de 2005 e 2006. Contrariamente, a aquisição de mercadorias apresentou um decréscimo em relação ao ano anterior, justificado pelo fato de que no primeiro ano os empreendedores adquiriram certo volume de mercadoria e possuíam um capital pequeno, muitas vezes suficiente apenas para iniciar o processo de abertura e funcionamento do seu negócio; mas, após seis meses recorriam a empréstimos para terminar de implantá-lo e colocá-lo em pleno funcionamento, bem como expandi-lo.

Conclusão

Ao verificar a finalidade do microcrédito como incentivador do pequeno empreendimento ao agir como um instrumento estratégico de promoção das economias locais e geração de trabalho e renda, verificou-se que ele viabilizou a dinamização da economia incentivando o financiamento ao pequeno empreendedor local. Ou seja, conclui-se que o microcrédito, ao permitir a realização de investimentos que muitas vezes são revertidos na elevação da renda dos que tomaram empréstimos, é um fator propiciador de

desenvolvimento e resgate da economia informal, bem como um mecanismo de alavancagem das micro e pequenas empresas.

Por ser um município turístico, a cidade de Ubatuba possui alta sazonalidade e economia informal, assim, o referido programa de microcrédito do BPP se destaca pela eficácia e praticidade, atingindo empreendedores de norte ao sul do município. Os financiamentos são para empreendedores diversos, de pescadores, costureiras, taxistas, entre outros, até oficinas de veículos, restaurantes e academias.

Por meio dos financiamentos do BPP, os empreendedores adquirem os equipamentos ou financiam suas mercadorias a juros reais, abaixo dos praticados pelo sistema financeiro geral. Desse modo, o microcrédito impulsiona os pequenos empreendimentos locais, de modo que o objeto de financiamento, muitas vezes, mantém o nível de empregos nesses empreendimentos, e também gera um acréscimo no número de postos de empregos.

Assim, esse programa torna-se essencial em qualquer economia, apresentando-se de modo a corrigir as imperfeições do sistema bancário tradicional, pois estão adaptados às pessoas de baixa renda que não possuem garantias a oferecer, mas que ao mesmo tempo possuem um negócio potencial, que, se trabalhado pode gerar melhoria em sua renda familiar, crescer e gerar mais empregos.

Referências

BANCO DO POVO PAULISTA. **Relatório operacional do Banco do Povo Paulista**. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo: BPP/SP, jan.-mar./2007.

LANDIM; C. C. M. **O microcrédito no estado da Bahia**: a experiência da instituição de crédito Itabuna Solidária. Universidade de Salvador: Salvador, 2006. Acessado em: 10/jun./2007. Disponível: <<http://www.bib.unifacs.br>>.

SANTOS, V. S. **Microcrédito como mecanismo de fomento para o desenvolvimento socioeconômico**. Tese de dissertação no Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté (UNITAU). Taubaté, 2006.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Os pequenos empreendedores, esses arquitetos do futuro**. In: Revista Sebrae n. 6-set.-out./2002. Acesso em: 16/fev./2003. Disponível em: <<http://www.revistasebrae.org>>.